

EMB.DECL. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 781.513 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
EMBTE.(S)	: COMERCIAL DE TABACOS SANTA CRUZ BRASIL LTDA.
ADV.(A/S)	: LISIANI CALVANO PEREIRA E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
INTDO.(A/S)	: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

DECISÃO: 1. Trata-se de embargos de declaração contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário ao fundamento de que “a declaração de inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 8.540/1992 (RE 363.852, Rel. Min. MARCO AURÉLIO) não alcança os produtores rurais autônomos sem empregados” (fl. 1, doc. 187).

Sustenta a parte embargante, em suma, que a decisão embargada incorreu em erro material, uma vez que a matéria debatida no recurso extraordinário é idêntica àquela cuja repercussão geral foi reconhecida na análise do RE 761.263 (Tema 723).

Instada se manifestar, a União ficou silente (doc. 193).

2. Assiste razão à parte embargante. Embora a declaração de inconstitucionalidade do art. 1º da Lei 8.540/92 realmente não alcance a contribuição devida pelos segurados especiais, a legitimidade da exação por eles devida, objeto do presente recurso extraordinário, teve a repercussão geral reconhecida no exame do RE 761.263-RG (de minha relatoria, DJe de 14/5/2014, Tema 723). Assim, não merece subsistir a decisão embargada, devendo ser aplicada a sistemática da repercussão geral.

3. Diante do exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, para os fins do art. 543-B do CPC.

Publique-se. Intime-se.

RE 781513 ED / RS

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**

Relator

Documento assinado digitalmente